



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 27 • 05 a 11/08/07 • ISSN1809-6182

Resenhas

10/08/2007 – Argentina enfrenta crise energética..... p.01

O setor energético argentino não conseguiu abastecer as necessidades domésticas durante os meses de maio a julho de 2007. Com isso, se fala em crise energética e risco de apagão no país.

14/08/2007 – Tropas britânicas se retiram da Irlanda do Norte..... p.04

Em 31 de julho de 2007, terminou a operação inglesa, Banner, na Irlanda. Durante trinta e oito anos, as tropas inglesas ocuparam a Irlanda do Norte, no que deveria ter sido uma operação emergencial. A resposta britânica à violência na região foi rápida, mas seus efeitos foram prolongados pela resistência do IRA.

Argentina enfrenta crise energética

Resenha
Economia & Comércio

Celeste Cristina Machado Badaró
10 de agosto de 2007

O setor energético argentino não conseguiu abastecer as necessidades domésticas durante os meses de maio a julho de 2007. Com isso, se fala em crise energética e risco de apagão no país.

Desde maio de 2007, a Argentina vem enfrentando problemas devido à falta de energia elétrica. O país, cujas principais fontes energéticas são o gás natural e a energia termoelétrica, tem à sua disposição menos gás e eletricidade do que o necessário.

A Argentina produz petróleo e gás natural, mas não é auto-suficiente nesses combustíveis, precisando importar gás da Bolívia e energia elétrica do Brasil. Além disso, também tem o compromisso de exportar gás natural para o Chile devido a um tratado assinado entre os países na década de 1990, quando a produção argentina do gás estava em seu auge.

Depois de um período de grande produtividade na década de 1990, quando o setor energético argentino foi privatizado, a produção de combustível no país aumentou em um ritmo menor do que o consumo, tornando o país cada vez mais dependente da importação. A produção de combustível não cresceu no mesmo ritmo que a demanda, principalmente por causa da falta de investimentos. Além disso, o crescimento econômico que o país tem experimentado nos últimos anos, em recuperação da recessão econômica vivida no início dos anos 2000, fez com que o setor energético argentino se tornasse incapaz de abastecer o país, resultando na crise de 2007.

A situação energética argentina em julho

de 2007 se caracterizava pelo desabastecimento: o país dispunha de 16 megawatts de energia diários, mas precisava de 18 megawatts. A quantidade de gás natural de que o país dispunha também era insuficiente para o consumo, tanto da população quanto da indústria.

Frente a essa situação, o Presidente Néstor Kirchner não admite que o país passe por algum problema estrutural, afirmando que a falta de energia é um bom sinal, já que indica o crescimento econômico do país. Assim, não foi estabelecido um programa de racionamento de energia que incluía tanto domicílios quanto indústrias. Foi determinado o corte de energia apenas para indústrias, que devem obedecer a um cronograma de restrições de abastecimento. De acordo com esse cronograma, todas as fábricas argentinas devem parar suas atividades durante algumas horas do dia. Os setores cujas máquinas não podem ser desligadas e religadas frequentemente tiveram que interromper suas atividades.

A economia argentina vem sendo afetada: o país, que vive crescimento do PIB e da produção industrial há alguns anos, mas esse crescimento pode desacelerar se o desabastecimento de energia continuar. Ainda não se têm projeções de como o PIB será afetado, mas a produção industrial já sofre: diminuiu em 0,1% no mês de junho de 2007, em comparação ao mês anterior. Há muito tempo não havia diminuição na

produção industrial do país. É possível que os maus resultados da indústria arrefeçam o ritmo de crescimento do PIB do país em 2007.

Uma forma de diminuir os efeitos sobre a indústria seria estabelecer um programa de racionamento de energia que incluísse os domicílios, a exemplo do que foi feito pelo Brasil durante a crise energética ocorrida em 2001. Outro agravante foi o aumento do consumo doméstico de energia, devido a um dos invernos mais rigorosos que o país passou nos últimos anos, que elevou o uso de aquecedores movidos a gás.

Kirchner teme inflar os ânimos dos argentinos, repetindo os protestos feitos pela população quando o país entrou em recessão no início dos anos 2000. O presidente tem evitado a todo custo limitar o consumo de energia pela população para evitar descontentamentos aos cidadãos, porque haverá eleições presidenciais na Argentina em outubro de 2007, e a principal candidata é sua aliada política e esposa, Cristina Fernández Kirchner. O presidente também evita tomar medidas impopulares porque seu governo vem enfrentando uma crise política por denúncias de corrupção, que resultou na demissão da Ministra da Economia do país.

A crise energética argentina tem interferido em sua relação com os países vizinhos. O contrato com o Chile que prevê a exportação de gás natural já foi descumprido: a partir da primeira semana de julho de 2007, a Argentina passou a vender ao vizinho apenas 1,1 milhão de metros cúbicos diários, abaixo do mínimo de 1,5 milhão previsto no acordo. Com isso, o Chile teve que lançar mão de suas reservas acumuladas para emergências. Como a recente onda de frio tem afetado também o país andino, o racionamento imposto pela Argentina é ainda mais crítico.

O Brasil, um dos principais parceiros comerciais da Argentina, também foi

afetado pela crise. As indústrias argentinas têm dado preferência ao mercado doméstico, já que sua produção tem sido menor, diminuindo consideravelmente suas exportações.

Há o risco de aumento do preço da farinha de trigo, um dos principais produtos consumidos pelos brasileiros e um dos maiores componentes do comércio Argentina-Brasil. Isso pode impactar consideravelmente o índice de preços brasileiro. Outros setores, como autopeças, laticínios e têxteis, que usam insumos argentinos, também foram afetados pela diminuição das importações.

Além disso, a estatal brasileira Petrobras, responsável por mais de 10% do mercado de combustíveis argentino, foi multada pela falta de combustíveis no país. Os representantes da empresa afirmam que estão ofertando o máximo de sua capacidade para atender à demanda aumentada pela crise, mas o governo argentino afirma que ela tem ofertado menos do que o país precisa.

Mesmo assim, o pedido feito ao Brasil e à Bolívia para aumentar a quantidade de combustível vendido à Argentina foi atendido por ambos os países, que são os maiores fornecedores de combustíveis do vizinho em crise. No entanto, mesmo com o aumento o gás vendido pela Bolívia e da eletricidade brasileira, a Argentina ainda não dispõe de energia suficiente para seu abastecimento.

A causa da crise argentina é estrutural, já que a falta de investimentos para ampliação da produção de energia no mesmo ritmo do aumento do consumo é uma das principais causas do desabastecimento. Assim, para enfrentar o problema é preciso racionar o consumo de energia e estabelecer um projeto de reforma mais ampla do setor energético argentino. Se Kirchner insistir em negar o problema e evitar tomar medidas impopulares, mas necessárias, o país corre o risco de sofrer um apagão.



Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Clarín

<http://www.clarin.com>

Folha Online

<http://www1.folha.uol.com.br>



Tropas britânicas se retiram da Irlanda do Norte

Resenha
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro

13 de agosto de 2007

Em 31 de julho de 2007, terminou a operação inglesa, *Banner*, na Irlanda. Durante trinta e oito anos, as tropas inglesas ocuparam a Irlanda do Norte, no que deveria ter sido uma operação emergencial. A resposta britânica à violência na região foi rápida, mas seus efeitos foram prolongados pela resistência do IRA.

Desde 1969 tropas britânicas faziam parte do dia a dia da Irlanda do Norte. Tinham o objetivo de manter a paz entre as facções nacionalista (católica) e protestante (*loyalist*¹) que entravam em confronto por meio de grupos paramilitares. Após os trinta e oito anos de ocupação as tropas se retiraram à meia noite do dia 31 de julho de 2007, encerrando a Operação *Banner*.

Os conflitos na Irlanda do Norte têm como fator principal as desavenças entre a minoria nacionalista e a maioria *loyalist* pelo destino político da Irlanda do Norte. Nacionalistas desejavam que a província se libertasse do domínio inglês e se reunisse à Irlanda do Sul, formando um país único. A ideologia *loyalist*, ou unionista, era de que a Irlanda do Norte deveria se manter sob o domínio inglês, como parte do Reino Unido. Grandes catalisadoras desse contraste são as diferenças religiosas, já que os nacionalistas são em sua maioria, católicos e os *loyalists*, protestantes.

No século XII, a ilha foi invadida por Henrique II da Inglaterra, colocando os irlandeses sob domínio inglês. Por quatro séculos a Inglaterra ocupou a ilha, introduzindo o sistema feudal e a lei

inglesa. Leis que favoreciam a minoria protestante no governo eram comuns. Em 1700, o parlamento era composto apenas por representantes protestantes, em um país cuja população era composta por 90% de católicos.

Em 1801, a Irlanda foi incorporada ao Reino Unido quando o parlamento irlandês acatou, por votação, a entrada do Reino da Irlanda ao Reino Unido. A aprovação do movimento venceu com vantagem, sendo que o parlamento representava muito pouco do povo irlandês. No século XVIII, o parlamento irlandês ganhou um certo nível de autonomia em relação à dominação britânica e, paralelamente, movimentos nacionalistas começaram a ganhar força.

Em 1912, o autogoverno da Irlanda estava pronto para ser estabelecido, mas nessa época, os *loyalists*, em grande maioria protestantes, resistiram à independência. A minoria de católicos nacionalistas na Irlanda do Norte se organizou em grupos paramilitares dispostos a utilizar a força para conquistarem a independência. A maioria protestante *loyalist* respondeu do mesmo modo, e os confrontos passaram a ser constantes. Em 1918, o partido separatista ganhou maioria na Irlanda, estabelecendo o parlamento irlandês e declarando a independência da ilha. Esse *status*, porém, não foi reconhecido por nenhum país, incluindo a Inglaterra.

¹ *Loyalist* é referente a “lealdade” que a facção protestante tinha ao Reino Unido, desejando que a Irlanda do Norte não se separasse do mesmo.

Neste momento, os grupos paramilitares nacionalistas do norte já haviam se organizado, no Exército Republicano da Irlanda (IRA, em inglês). O IRA organizava ataques ao governo *loyalist* e às forças inglesas já presentes no país, o que resultou, em 1920, na divisão da ilha em duas jurisdições diferentes: Irlanda do Sul, que apenas em 1949 viria a se tornar totalmente independente, e Irlanda do Norte, que permaneceu sob domínio britânico.

Os conflitos entre *loyalists* e nacionalistas, juntamente com a secessão do país, são chamados pelos irlandeses de “Os Problemas” (*The Troubles*). Esse período vai do final de 1960 até o término dos conflitos em 1998 com o Acordo de Belfast², assinado pelos governos da Inglaterra e da Irlanda, tendo como oposição apenas o Partido Unionista Democrático. O período é classificado de várias formas: conflito étnico, guerrilha e até de guerra civil. Entre seus episódios mais violentos está o Domingo Sangrento em 1972, no qual nacionalistas católicos em passeata foram reprimidos firmemente pelas forças britânicas na ilha, resultando em 13 mortos.

Em 1969, a Operação *Banner* começa com a requisição de tropas do governo *Loyalist* para auxiliar a *Royal Ulster Constabulary* (RUC), que funcionava como a polícia na Irlanda do Norte desde 1922. Fundada em 1922, a força funcionou como a polícia no norte da Irlanda até 2001, quando foi assimilada ao Serviço de Polícia da Irlanda do Norte, pelo “Ato Policial 2000”. Foi acusada várias vezes por nacionalistas de tomar o lado *loyalist*, com policiamento seletivo e de colaborar com protestantes

em ações contra a minoria católica.

O papel das forças britânicas desdobradas no norte da ilha com a operação seria o de combate ao terrorismo. Mais especificamente, de patrulha de rotina, apoio em regiões em que a polícia local não tem capacidade suficiente ou em regiões sob ameaça terrorista. Atos terroristas eram praticados, principalmente, pelo IRA contra as tropas estrangeiras e de garantir a ordem pública em resposta aos “Problemas”.

A Operação *Banner* foi a maior campanha contínua na história do exército britânico, sendo que, durante sua duração mais de 300 mil soldados britânicos serviram na província. No ápice da violência causada pelos “Problemas”, com confrontos entre nacionalistas, *loyalists* e ações terroristas do IRA, mais de 30 mil soldados estavam na ilha.

As tropas foram bem recebidas inicialmente pela minoria católica, por acreditarem que a presença dos soldados manteria a paz. Sentimento que mudou rapidamente, já que soldados britânicos se comportavam não como policiais, mas como soldados. As ações do exército britânico entravam em conformação com a lei local, que respondia ao governo da Irlanda do Norte, e por consequência, à maioria protestante. Dessa maneira, a presença do exército na ilha se transformou em uma poderosa força catalisadora de recrutamento para o IRA, que recebia apoio da comunidade católica. Mesmo que grande parte dos irlandeses não apoiasse as ações terroristas do IRA, as tropas inglesas não recebiam apoio algum da população católica.

A Operação *Banner*, não conseguiu desarmar os grupos nacionalistas no país, mas levou o conflito na Irlanda do Norte a um impasse que abriu caminho para vias políticas e diplomáticas, culminando no abandono do uso de ações terroristas do IRA, em 2005.

No final do mesmo ano, um contingente de 5 mil homens era tudo que restava da

² O Acordo de Belfast (*Belfast Agreement* ou *Good Friday Agreement*) foi o acordo assinado pelos governos britânico e irlandês, dando um grande passo para o processo de paz na Irlanda do Norte. Ele determinava, entre outras cláusulas, que o futuro da Irlanda do Norte deveria ser decidido pela maioria dos seus cidadãos e que todos os partidos se comprometeriam a utilizar apenas meios pacíficos e democráticos

Operação *Banner*, compondo uma guarnição de paz. O número se dava em decorrência do fim dos conflitos, ao menos dos mais violentos, no norte do país. Em 31 de julho de 2007, a operação teve fim e os soldados britânicos na Irlanda do Norte retornaram à Inglaterra.

A Inglaterra ainda mantém sob tutela outros locais que são reivindicados por outros países, como o Estreito de Gibraltar reivindicado pela Espanha e as Ilhas Malvinas ou *Falklands*, reivindicadas pela Argentina e palco de um conflito em 1982 [Ver também: [25 anos da Guerra nas Malvinas](#)]. Além disso, a Inglaterra tem tropas atuando no Afeganistão e no Iraque. O auge da violência causada pelos conflitos na Irlanda do Norte não se assemelha à situação atual nesses locais.

O movimento nacionalista ainda é ativo na ilha, assim como o *loyalist*. Dessa maneira, algumas possibilidades para a reunificação do país tem sido discutidas, como a criação de uma república federativa. Porém, a Irlanda continua separada em duas jurisdições: República da Irlanda, independente e Irlanda do Norte, ainda parte do Reino Unido.

Referência

Sites:

Belfast Telegraph

<http://www.belfasttelegraph.co.uk/news/opinion/article2831774.ece>

Chicago Tribune

<http://www.chicagotribune.com/news/nationworld/sns-ap-nireland-british-army,1,7825744.story>

Police (Northern Ireland) act 2000

<http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2000/00032--b.htm>

Wikipédia - verbete: the troubles

http://en.wikipedia.org/wiki/The_Troubles#

[The partition of Ireland 1912.E2.80.931925](#)

The British Army

<http://www.army.mod.uk/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^{fa}. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^{fa}. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

